**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

ANTONIO IMBASSAHY, cidadão brasileiro, deputado federal, Líder do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, inscrito no CPF nº 023.729.675-68, portador da Carteira de Identidade nº 606343 SSP/BA, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, Edifício Principal, Ala B, Sala 15, e no Anexo IV, Gabinete 810, Brasília, DF, vem, com fundamento no art. 5º, alínea “a”, do inciso XXXIV, e no art. 53, da Lei 8.443/1992, solicitar a Vossa Excelência que, usando das prerrogativas de provocar o Tribunal de Contas da União para o uso de seus poderes cautelares, previstos no art. 44, da Lei 8.443/1992, peça ao Tribunal para afastar cautelarmente a Sra. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER da Presidência da Petrobras, com base nos fatos e fundamentos a seguir narrados.

FATOS

No dia 28 de maio de 2014, foram protocolados 6 requerimentos de convocação da Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras, para depor na qualidade de testemunha perante a Comissão Mista de Inquérito Parlamentar “criada por meio do Requerimento n.º 4, de 2014 – CN, para investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Aprovados os requerimentos, a Sra. Graça Foster compareceu à CPMI no dia 11 de junho de 2014.

Ali, ela foi inquirida sobre vários assuntos relacionados às irregularidades praticadas na Petrobras entre os anos de 2005 e 2014, entre os quais, a denúncia de que a empresa construtora e afretadora de Navios-Plataforma (FPSO) SBM-Offshore teria pagado US\$ 139 milhões a agentes da Petrobras com o fim de obter facilidades no na encomenda e no afretamento de FPSO para a Estatal Brasileira, **verbis**:

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito bem. A seguir, nós vamos passar a questões que buscam investigar...

(...)

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... investigar os indícios e o pagamento de propina a funcionários da Petrobras para obtenção de contratos pela companhia holandesa SBM Offshore, o eixo dois do nosso plano de trabalho (p. 51).

(...)

Então, eu vou direto às perguntas que aqui ainda não foram respondidas:

Quando e de que forma a Petrobras tomou conhecimento das denúncias de que a SBM estava sob investigação de autoridades da Holanda, Inglaterra e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, por supostos pagamentos de subornos a funcionários de empresas em diversos países, entre outros o Brasil? E de que forma a Petrobras agiu a partir do conhecimento dessas denúncias?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Bom, sobre esse eixo, nós soubemos na Petrobras dessas investigações e de eventuais pagamentos a funcionários da Petrobras, pelo jornal Valor. Então, nós soubemos – se não me engano – no dia 13, fevereiro de 2014, deste ano, e imediatamente o Diretor Formigli, diretor da área internacional, que está aqui presente à minha esquerda, e eu criamos uma comissão de apuração imediatamente para que pudéssemos nos posicionar, inclusive, sobre esse assunto. Então, jornal de manhã, a abertura da comissão já durante o dia, mesmo dia¹. (destacamos)

Assim, no dia 11 de junho de 2014, a Presidente da Petrobras afirmou, na qualidade de testemunha, à CPMI da Petrobras, que teria ficado sabendo das denúncias envolvendo pagamentos indevidos da SBM e seus agentes a agentes da Petrobras apenas no dia 13 de fevereiro daquele ano, e apenas por meio de jornais.

Fora isso, a Presidente da Petrobras não mencionou ter ficado sabendo, por nenhuma outra fonte, das irregularidades envolvendo agentes da SBM e da Petrobras. E ainda se vangloriou de ter começado uma investigação tão logo ficou sabendo das denúncias.

Mais adiante, no mesmo depoimento à CPMI da Petrobras, a Presidente da Estatal afirmou que a Petrobras não tinha identificado sequer indícios do pagamento de US\$ 139 milhões a agentes da Petrobras pela SBM:

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Petrobras identificou o indício de pagamento de US\$139 milhões a funcionários ou intermediários por parte da SBM, conforme a denúncia publicada na Imprensa?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A Comissão de Apuração Interna não identificou, na sua esfera de atuação, dentro das atribuições que tinha e que tem, de pagamento de qualquer vantagem a qualquer um dos nossos empregados. A comissão não identificou.

Aqui, a Presidente da Petrobras estava se referindo à Comissão Interna de Auditoria criada pela própria Graça Foster e que, depois de pouco mais de um mês de investigação, alegou que “não

¹ Cf. Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 11 de junho de 2014, às 14 horas e 28 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/escriva/notas.asp?cr=2710>

encontrou fatos ou documentos que evidenciem qualquer pagamento de propina a empregados da Petrobras”.

Ocorre que as conclusões dessa Comissão Interna de Auditoria foram contraditórias com os indícios que de fato encontrou, e que classificou como “red flags”, que se traduz precisamente por “sinal de perigo” ou “sinal de advertência”.

Diversos indícios que por ora não podemos mencionar porquanto se encontram, atualmente, sob sigilo apontavam para que a Petrobras continuasse as investigações internas e não que concluísse a auditoria interna, dando-se por satisfeita como se nada tivesse acontecido.

Mas a Petrobras fez justamente o oposto do que a boa governança recomenda: deu a investigação por encerrada. E sua Presidente, deu-se por satisfeita com a auditoria e passou para a CPMI a informação de que sequer indícios tinham sido encontrados.

Contudo, na data de 11 de junho de 2014, a Presidente da Petrobras já conhecia informações que ocultou da CPMI, senão as falseou. E já as conhecia pelo menos desde maio.

Com efeito, a própria Presidente Graça Foster afirmou, em entrevista coletiva concedida no dia 17 de novembro de 2014, o seguinte:

Passadas algumas semanas, alguns meses [da investigação interna da Petrobras], eu fui informada de que havia, sim, pagamentos de propina para empregado ou ex-empregado de Petrobras. Imediatamente, e imediatamente é 'imediatamente', é que informamos a SBM de que ela não participaria de licitação conosco enquanto não fosse identificada a origem, o nome de pessoas que estão se deixando subornar na Petrobras. E é isso que aconteceu, tivemos uma licitação recente, para plataformas nos campos de Libra e Tartaruga Verde, e a SBM não participou.²

Segundo a reportagem, essa proibição de que a SBM participasse das licitações ocorreu em maio de 2014. Antes, portanto, do depoimento de Graça Foster perante a CPMI da Petrobras.

² <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1549387-petrobras-admite-ter-recebido-confirmacao-de-propina-da-sbm.shtml>

Isso significa que a senhora Graça Foster escondeu da CPMI uma informação que ela já sabia e que estava obrigada a dividir com os membros da Comissão de Inquérito Parlamentar.

Pior: a senhora Graça Foster não disse ao Congresso se tinha ou não reaberto a investigação sobre a SBM, embora ela já estivesse legalmente obrigada a reabri-la, porquanto já sabia que a SBM tinha admitido o pagamento de propina a agentes da Petrobras.

Em outras palavras, ou Graça Foster já tinha reaberto as investigações sobre o caso SBM e, portanto, ocultou informações à CPMI ou não reabriu as investigações, hipótese em que teria deixado de praticar ato de ofício a que estava obrigada por lei.

Seja como for, a senhora Graça Foster, no comando da Petrobras, claramente deixou de cooperar com as investigações que diversos órgãos estão hoje realizando e que têm por objetivo apurar os danos bilionários causados à Estatal.

Além disso, segundo a Lei 6.404/1976, o administrador que deixar de comunicar à Assembleia-Geral que algum administrador da mesma Companhia não cumpriu seus deveres legais e estatutários, torna-se solidariamente responsável pelas irregularidades por ele praticadas, devendo, portanto, responder por esses atos inclusive com o seu patrimônio pessoal:

§ 4º O administrador que, tendo conhecimento do não cumprimento desses deveres por seu predecessor, ou pelo administrador competente nos termos do § 3º, deixar de comunicar o fato a assembléia-geral, tornar-se-á por ele solidariamente responsável.

Não consta, porém, que a Sra. Graça Foster tenha comunicado a prática de corrupção entre administradores da Petrobras e a SBM Offshore, nem quando ficou sabendo pela imprensa, em fevereiro de 2014, nem quando ficou sabendo pela própria SBM, em maio de 2014.

Aliás, o que se sabe que ela fez após ter sabido da corrupção envolvendo SBM e Petrobras pela imprensa, em fevereiro de 2014, foi transferir 3 de seus imóveis a familiares no espaço de 1 mês, o que diminuiu o seu patrimônio que pode ser usado para ressarcir a Petrobras em caso de responsabilização solidária.

Assim, a Sra. Graça Foster claramente não cumpriu com as obrigações inerentes a seu cargo de Presidente da Petrobras no caso da

corrupção envolvendo dirigentes da Petrobras e representantes e dirigentes da SBM Offshore. Ao contrário, tudo indica que a Sra. Graça Foster usou o cargo para acobertar os fatos.

**OUTRAS SITUAÇÕES ILEGAIS
PARA CUJA INVESTIGAÇÃO A
SRA. GRAÇA FOSTER NÃO
COLABOROU OU
POSITIVAMENTE DIFICULTOU**

Essa prática de usar seu cargo e a estrutura da Petrobras para dificultar as investigações de todos os casos de corrupção que envolvem a Estatal, parece ser um padrão de conduta da senhora Graça Foster.

Já foi provado, acima, que Graça Foster mentiu ou ocultou informações à CPMI da Petrobras sobre fato que a Comissão estava investigando.

Ela também pode ter interferido no desempenho da Comissão Interna de Auditoria que investigou o caso SBM. É sabido que ela nomeou seu chefe de gabinete, Jorge Salles Camargo Neto, para participar da Comissão que, justamente, declarou não ter encontrado nenhum indício de irregularidade, embora tenha declarado ter encontrado várias “red flags”.

Portanto, ou a Presidente da Petrobras perdeu o comando sobre seus subordinados ou ela é uma das responsáveis por a Comissão Interna de Auditoria ter se negado a constar em seu relatório a existência de indícios de corrupção nas relações entre Petrobras e SBM e pela tentativa de fraude na CPI da Petrobras no Senado.

Em todo caso, sua permanência à frente da Petrobras, que já era insustentável, agora se tornou absolutamente deletéria e prejudicial às investigações e à proteção do patrimônio da Estatal.

Diante disso, a senhora Graça Foster deve ser afastada cautelarmente de todas as suas funções na Companhia.

**RESPONSABILIDADES DA
SENHORA GRAÇA FOSTER EM
RELAÇÃO À PETROBRAS**

Segundo consta, a Sra. Graça Foster trabalha na Petrobras há 32 anos.

Nessa longa carreira, que começou com um estágio em 1975, a hoje Presidente da Companhia passou por cargos operacionais, gerenciais e de direção na Petrobras e em diversas suas subsidiárias e foi titular de uma Secretaria no Ministério de Minas e Energia na gestão de Dilma Rouseff.

Ela chegou a ser, inclusive, subordinada ao então diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa, quando exerceu o cargo de Gerente Executiva de Petroquímica e Fertilizantes.

Também consta que a Sra. Graça Foster tenha sido membro do Conselho de Administração da TRANSPETRO, a empresa presidida por Sérgio Machado, hoje afastado do cargo por exigências da Pricewaterhouse Coopers e suspeito de ter recebido propina de R\$ 500 mil de Paulo Roberto Costa³.

É absolutamente inverossímil que, com um histórico de experiências desse porte, a Sra. Graça Foster nunca tenha se dado conta de que seu superior na Diretoria de Abastecimento, Paulo Roberto Costa, e seu fiscalizado na TRANSPETRO, Sérgio Machado, praticavam atos de corrupção, o primeiro, e suspeitos, o segundo.

Além disso, a Sra. Graça Foster ocupou a Diretoria de Gás e Energia da Petrobras de 21 de setembro de 2007. De 2012 até o presente, a Sra. Graça Foster ocupa a Presidência da Companhia.

Nessa diretoria e nessa presidência, a Sra. Graça Foster participou de atos que o TCU ou outras instituições consideraram suspeitos de causar prejuízos à Petrobras.

O mais notório foi sua participação na decisão da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Petrobras quando esses órgãos deliberaram por não cumprir a sentença arbitral proferida contra a Petrobras no litígio com a Astra, que, conforme o TCU, gerou prejuízo de US\$ 93 milhões à Petrobras⁴. Como se sabe, a Sra. Graça Foster já fazia parte da Diretoria Executiva nessa época.

Essa quase onipresença da Sra. Graça Foster nas entidades suspeitas de fazer negócios irregulares e contemporaneamente à prática dessas irregularidades, deve ter como consequência mínima torná-la responsável por essas irregularidades e pelos prejuízos que delas decorreram.

³ Cf. notícia do jornal “Folha de São Paulo”, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542742-sob-pressao-sergio-machado-pede-licenca-da-transpetro.shtml>

⁴ Acórdão do TCU proferido na Inspeção TC nº 005.406/2013-7, p. 6.

É que, a teor do §2º do art. 158, da Lei 6.404/1976, os membros do Conselho de Administração e os da Diretoria Executiva são responsáveis solidários pelos atos que o órgão pratica, desde que atendidas algumas condições:

§ 2º Os administradores são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, ainda que, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos eles.

(...)

§ 4º O administrador que, tendo conhecimento do não cumprimento desses deveres por seu predecessor, ou pelo administrador competente nos termos do § 3º, deixar de comunicar o fato a assembléia-geral, tornar-se-á por ele solidariamente responsável.

A Sra. Graça Foster tem, portanto, responsabilidade pela prática dos atos irregulares ruinosos praticados por seus superiores ou por seus subordinados ou fiscalizados. E isso pode incluir os Srs. Paulo Roberto Costa e Sérgio Machado.

Em razão dessa responsabilização, não se pode crer, candidamente, que a Sra. Graça Foster exercerá a Presidência da Petrobras de forma imparcial e visando a investigar os crimes e ilícitos de que a Companhia vem sendo vítima desde 2005.

Não se pode crer, enfim, que o exercício da Presidência da Petrobras por essa senhora vise o interesse público.

Aliás, todos os fatos suspeitos que acima narramos sugerem o contrário: que sua permanência à frente da Petrobras está sendo usada para atrapalhar a Companhia e impedir que ela descubra os crimes e ilícitos de que foi vítima e recupere o patrimônio perdido nessas transações irregulares.

É por isso que entendemos que Vossa Excelência deve usar da prerrogativa de provocar os poderes cautelares do TCU, previstos no art. 44, da Lei 8.443, de 1992, pedindo ao Tribunal que determine o afastamento cautelar da senhora Graça Foster da Presidência da Petrobras.

Ante o exposto, levamos ao conhecimento de Vossa Excelência os fatos e fundamentos jurídicos acima indicados, na certeza de que providências serão tomadas para, usando dos instrumentos cabíveis que a lei reserva ao órgão que titulariza, tomar as providências cabíveis.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Brasília/DF, de novembro de 2014.

Antonio Imbassahy

Líder do PSDB na Câmara dos Deputados